



UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA ADOTADAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 1991-1998 A LUZ DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE¹

Gabriel Nascimento Lins de Oliveira²

A pesquisa tem por objeto as políticas de segurança pública adotadas no Estado do Rio no período de 1991-1998. Seu objetivo é averiguar, através do princípio da proporcionalidade, se a adoção destas políticas gerou resultados que permitam entendê-las como proporcionais aos fins a que se destinavam, no tocante aos crimes contra o patrimônio, a saber: roubos a banco, extorsão mediante seqüestro, roubos de carro e de carga. O princípio da proporcionalidade é um postulado normativo consagrado pela Constituição Federal, sendo composto por três atributos: a) adequação entre meios e fins: o administrador público, ao atuar, deve buscar meios adequados à realização de seus objetivos; b) necessidade: a atuação estatal deve se valer do meio que gere o mínimo sacrifício possível à sociedade; c) proporcionalidade em sentido estrito: as vantagens geradas pelo ato devem ser maiores que as suas desvantagens. No campo da segurança pública, o governo Brizola (1991-1994) atuou visando combater os problemas sociais que estariam na gênese do crime. O Governo Marcelo Alencar (1994-1998) trouxe para a segurança pública uma política de recrudescimento das ações policiais, vigorando a idéia de que haveriam “inimigos do Estado” a serem combatidos. Os índices relativos aos citados crimes contra o patrimônio foram retirados de publicações dos professores Inácio Cano e Luis Eduardo Soares. Através dessas obras, percebe-se que no governo Brizola não houve grande redução destas taxas: No governo Alencar tais ocorrências também não sofreram redução considerável. A análise, das políticas de segurança pública e dos índices de ocorrência dos aludidos crimes, pelo princípio da proporcionalidade permite entender que estas políticas não tiveram eficácia, não sendo então proporcionais. Foi utilizada a metodologia indiciária, pois, buscou-se, dentro do material estudado, indícios que permitissem entender se estas atuações dos sucessivos governos Estaduais no campo da segurança pública poderiam ser entendidas como proporcionais.

¹ Trabalho de iniciação científica

² Aluno da faculdade Evandro Lins e Silva/IBMEC, não bolsista, cursando o 6 período do curso de direito.